

SEÇÃO: ARTIGO

**Considerações sobre a criação do Parque Arqueológico da Serra de
Santo Antônio em Andrelândia – MG**

**Considerations on the creation of the Serra de Santo Antônio
Archaeological Park in Andrelândia – MG**

Marcos Paulo de Souza Miranda¹

RESUMO: O presente artigo trata do patrimônio arqueológico existente no município de Andrelândia e, em especial, das pinturas rupestres localizadas na Serra de Santo Antônio. Registra a cronologia da descoberta, visitação e do processo de degradação dos registros rupestres, o que motivou a criação, pela sociedade civil, do Parque Arqueológico da Serra de Santo Antônio com a finalidade de proteger e conservar o patrimônio cultural do local.

ABSTRACT: This article deals with the archaeological heritage existing in the municipality of Andrelândia and, in particular, the rock paintings located in the Serra de Santo Antônio. It records the chronology of discovery, visitation and the process of degradation of rock records, which motivated the creation, by civil society, of the Serra de Santo Antônio Archaeological Park with the purpose of protecting and conserving the site cultural heritage.

¹ Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais. Promotor de Justiça. Especialista em Direito Ambiental. Professor de Direito do Patrimônio Cultural. Autor dos livros: Lei do Patrimônio Arqueológico Brasileiro Comentada (Belo Horizonte: 3i, 2023) e Introdução ao Direito do Patrimônio Cultural (Belo Horizonte: 3i, 2ª. Ed. 2023). E-mail: marcospaulodesouzamiranda@gmail.com

ASPECTOS GEOGRÁFICOS DE ANDRELÂNDIA

A cidade de Andrelândia está situada da Mesorregião Sul/Sudoeste de Minas Gerais e pertence à Região Administrativa Campos das Vertentes. A sede municipal tem sua posição determinada pelas coordenadas geográficas de 21°. 44' 20" Latitude S e 44°. 18'45" Longitude W². Sua área é de 1.005.16 km² e faz confrontações com os municípios de São Vicente de Minas, Madre de Deus de Minas, Piedade do Rio Grande, Santana do Garambéu, Lima Duarte, Bom Jardim de Minas, Arantina, Liberdade, Seritinga e Serranos. A altitude da sede da cidade é de 905 m (estação ferroviária). Dista 290 km de Belo Horizonte (via BR 040 e 383), 150 km de Juiz de Fora e 100 km de São João Del Rei.

Existem no município três grandes compartimentos geomorfológicos: a Serra da Mantiqueira, o Planalto Dissecado do Alto Rio Grande e a Depressão do Rio Aiuruoca. A unidade da Serra da Mantiqueira compreende as Serras do Turvo, Natureza, Boa Vista e Dois Irmãos, com alinhamento de cristas com cerca de 1200 a 1500m de altitude, datadas do Cretáceo Superior. O Planalto dissecado do Alto Rio Grande tem altitudes variando entre 1000 e 1200m e é constituído por formas colinosas e amorreadas e superfícies onduladas, com vales encaixados, surgidas no pós-cretáceo. A Depressão do Rio Aiuruoca é constituída pela planície desse rio e de seus afluentes e das formas onduladas que os acompanham. Trata-se de uma região de depósitos aluvionares holocênicos encaixados em rochas do Complexo Andrelândia. Predominam no município as declividades entre 8 e 20 %.

A SERRA DE SANTO ANTÔNIO E O INÍCIO DAS VISITAS ÀS PINTURAS RUPESTRES

Em Andrelândia, Serra de Santo Antônio é expressão popularmente consagrada há mais de cento e sessenta anos e denomina uma das unidades orográficas integrantes da Serra do Turvo, complexo geográfico montanhoso componente da Serra da Mantiqueira e se orienta na direção NE-SO, com aproximadamente 16 km de extensão.

Na segunda metade do séc. XVIII as terras que abrangiam a Serra do Turvo faziam parte de duas antigas propriedades rurais: Fazenda Congonhal, pertencente a Tomé Bezerra de Sá e Fazenda Turvo Pequeno, pertencente a Matias Silveira de Andrade (1714-1787). No entanto,

² Mapa de Andrelândia. Instituto de Geociências Aplicadas - IGA. Belo Horizonte, 1983.

naqueles tempos ainda não existia um nome específico para a montanha que hoje é chamada Santo Antônio. Ela simplesmente integrava o conjunto da então já nomeada Serra do Turvo.

É do ano de 1856 a mais antiga referência documental alusiva à denominação Santo Antônio referindo-se à região onde se assenta a serra que hoje leva tal nome. Trata-se de um cadastramento de propriedades rurais existentes na antiga Freguesia do Turvo (atual cidade de Andrelândia) onde consta o registro da importante Fazenda Santo Antônio, com mais de duzentos alqueires de campos e matos, propriedade de Domingos Fernandes de Moraes (1791-1857).

Figura 1 – Vista da Serra de Santo Antônio



Possivelmente Domingos Fernandes Moraes escolheu tal nome para a fazenda em razão de ser devoto do miraculoso e popular santo português, que sempre gozou de estima coletiva em Minas Gerais. A partir daquela época o nome da propriedade rural transmudou-se também para a elevação rochosa que ali se postava de forma majestosa, servindo de referência a todos que se dirigiam àquela região, ficando daí em diante conhecida como Serra de Santo Antônio.

No ano de 1927 foi construída no cume da Serra, por iniciativa de fazendeiros da região, uma capela dedicada a Santo Antônio e o pequeno templo logo se tornou um local para reflexões, celebrações religiosas e pagamento de promessas, o que popularizou ainda mais a Serra e seu nome no âmbito da sociedade andrelandense.

Figura 2 – Antiga Capela de Santo Antônio, no cume da Serra. Cerca de 1930



Figura 3– Festividades em homenagem a Santo Antônio na segunda capela a ele dedicada. Ao fundo, à esquerda, a Serra de Santo Antônio. Década de 1940.



Na década de 1940, durante uma tempestade, caiu sobre a capelinha um raio que abalou seriamente sua estrutura. Foi então que se resolveu construir uma capela em local mais acessível e seguro, que ainda subsiste no sopé da Serra, em terras de Altivo Gomes da Silva. No cume da serra, a uma altitude de quase 1.400 m, de onde se divisa uma exuberante paisagem, existem

ainda as ruínas da pequenina capela, marca do trabalho de tempos passados e da grande devoção ao milagroso Santo Antônio. As muitas romarias e cavalgadas em direção à serra fizeram com que muitos dos grotões e abrigos rochosos da região fossem conhecidos e explorados pelos viandantes, o que culminou com a descoberta fortuita das pinturas rupestres do abrigo Toca do Índio ainda na primeira metade do século XX. Na tradição oral ficaram registrados relatos de alguns caçadores que visitaram o abrigo nas décadas de 1950 e 1960 e informam que o local era de difícil acesso, que as pinturas estavam muito bem preservadas, que existiam vestígios cerâmicos pelo chão e que os proprietários e trabalhadores rurais da região tinham medo de se dirigirem para aquelas paragens, afirmando que era um local “mal-assombrado”, de onde provinham vozes e barulhos estranhos.

Na década de 1970 a visitação ao abrigo da Toca do Índio foi fortemente intensificada por moradores da cidade adeptos da prática de *trekking*, o que contribuiu para a difusão da notícia da existência das pinturas rupestres e despertou a atenção de visitantes. Entretanto, a visitação clandestina e desordenada alinhada ao desconhecimento da importância cultural dos vestígios implicaram sérias depredações ao patrimônio arqueológico durante as décadas seguintes. As pichações realizadas à tinta e incisão ainda existentes no painel são registros históricos daqueles tempos e servem, atualmente, como repertório para as ações de educação patrimonial realizadas no Parque.

Figura 4 – Visitação à Serra de Santo Antônio na década de 1970



Figura 5 – Visitação ao pico da Serra de Santo Antônio na década de 1970



O PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO DA REGIÃO DA SERRA DE SANTO ANTÔNIO

Sob a ótica da arqueologia, no entorno da Serra de Santo Antônio foram encontrados vestígios em grande quantidade e diversidade, o que evidencia uma presença importante de populações vivendo nas imediações durante os três últimos milênios, como abaixo se demonstra. A proximidade com o rio Turvo Grande, a abundância de nascentes de água, a fertilidade do solo e a posição do maciço da Serra do Turvo, de onde se avista grande porção do território, podem estar entre os fatores que contribuíram pela ocupação sistemática e destacada da região, onde existem vestígios de aldeamentos de dimensões consideráveis.

Entre os resquícios pré-históricos encontrados na região, normalmente por lavradores quando preparam a terra para o plantio, estão os machados de pedra polida dos mais variados tamanhos e que serviam principalmente para se cortar e trabalhar a madeira; soquetes também de pedra polida, utilizados para socar cereais; pontas de flecha de acabamento esmerado, geralmente confeccionadas em quartzo; pequenas bigornas de pedra que serviam de base para se quebrar coquinhos; batedores, blocos de polimento etc.

Tais artefatos líticos durante muito tempo ficaram espalhados pelas fazendas da região sem nenhum cuidado. Às vezes eram encontrados e destruídos em seguida, ou jogados fora, porque, segundo uma antiga lenda de origem portuguesa³, aquelas pedras caem do céu juntamente com raios e posteriormente atraem descargas atmosféricas, razão pela qual são conhecidas pelas pessoas que dão crédito à descabida afirmação, como “pedras de raio” ou “pedras de corisco”.

Quanto aos artefatos cerâmicos, eles constituem, em sua maioria, fragmentos de “potes” de variados tamanhos e formas. A cerâmica encontrada na região da Serra de Santo Antônio se enquadra no padrão tupi-guarani, sendo possível identificar acabamentos artísticos (decoração ou pintura) em boa parte dos fragmentos.

Figura 6 – Cacos de cerâmica tupi-guarani encontrados em Andrelândia



Digna de especial destaque é uma urna funerária, praticamente íntegra, com decoração unglulada nas bordas, encontrada no vale do rio Turvo Grande (Sítio da Aldeia), datada de 610 anos antes do presente (UFMG/USP - 2002). Também merecem destaque figurinhas antropomorfas modeladas, raramente encontradas em sítios pré-coloniais do Brasil central (PANACHUK & CARVALHO 2010).

³ Segundo a crença popular em Portugal, o raio é uma pedra que cai e se afunda sete varas ou braças, cada ano sobe uma braça, e leva sete anos até chegar à superfície.

Figura 7 – Urna funerária



Além dos objetos de pedra e cerâmica que foram deixados pelos primitivos habitantes de nosso município, outros vestígios ainda mais interessantes conseguiram ultrapassar os séculos guardando uma mensagem direta dos nossos ancestrais. São as pinturas rupestres, que se encontram registradas em paredões e abrigos rochosos da região da Serra de Santo Antônio, revelando desenhos de animais e outras representações geométricas aparentemente abstratas, que constituem vestígios deixados deliberadamente por aqueles primevos.

No paredão rochoso da Serra de Santo Antônio, sob um abrigo natural, localiza-se o sítio arqueológico “Toca do Índio”, onde estão registradas mais de seiscentas figuras pintadas nas cores amarela, vermelha e branca. Por suas dimensões, conservação e variedade de grafismos o sítio representa, sem dúvida, o maior monumento arqueológico em uma vasta área do Sul de Minas Gerais, ocupando posição de destaque em relação a outros com o mesmo estilo de pinturas localizados nos vizinhos municípios de Baependi, Carrancas, Serranos e Luminárias.

ESTUDOS CIENTÍFICOS SOBRE O PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO DA SERRA DE SANTO ANTÔNIO

Os estudos científicos a respeito do sítio da Toca do Índio⁴ começaram oficialmente no primeiro semestre de 1984, quando, a convite de um grupo de andrelandenses interessados na preservação e pesquisa do patrimônio arqueológico (que estava sendo alvo de depredações), deslocou-se à Serra de Santo Antônio uma equipe do Setor de Arqueologia da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) coordenada pelo arqueólogo André Prous.

O trabalho da equipe da UFMG, que esteve em Andrelândia também no ano de 1986 e contava também com os arqueólogos Paulo Junqueira, Ione Malta e Soraia de Jesus, consistiu em reproduzir em plástico transparente, respeitando o tamanho e as cores originais, todas as representações gráficas do painel rupestre da Serra de Santo Antônio, tarefa que foi cumprida com a cooperação de alguns jovens estudantes e defensores do patrimônio cultural local, que dois anos depois fundariam o Núcleo de Pesquisas Arqueológicas do Alto Rio Grande – NPA, associação dedicada ao estudo e à preservação do patrimônio arqueológico de Andrelândia e região.

Figura 8 – Trabalho de cópia das pinturas rupestres - 1984



⁴ Cadastrado no IPHAN pelo Setor de Arqueologia - MHNJB/UFMG em 28 de abril de 1984 sob o nº CNSA MG00273.

O resultado das pesquisas foi publicado no texto que acompanhava as microfichas editadas na França em 1988 e apresentado agora em português neste número dos *Arquivos do Museu de História Natural e Jardim Botânica da UFMG* e na comunicação de Jesus e Malta, publicada nas Atas do Congresso da SAB de 1985. Acrescentamos aqui fotografias de nossa autoria que ilustram alguns dos artefatos provenientes da escavação realizada pela equipe da UFMG.

Figura 9 – Artefatos



Dentes de mamíferos perfurados
Toca do Índio - UFMG



Instrumento de osso
Toca do Índio – UFMG



Pontas de projétil em quartzo e sílex
Toca do Índio - UFMG



Ponta de projétil em osso
Toca do Índio - UFMG

CRIAÇÃO E IMPLANTAÇÃO DO PARQUE ARQUEOLÓGICO DA SERRA DE SANTO ANTÔNIO

Na década de 1990 a visitação ao painel rupestre da Serra de Santo Antônio era realizada em quantidade cada vez mais crescente. Contudo, a ausência de estruturas adequadas para as

visitas, bem como a inexistência de ações de gestão da área, que estava inserida em uma propriedade rural privada⁵, sem qualquer tipo de proteção jurídica específica, acabava por expor os vestígios arqueológicos a ações de vandalismo e depredação.

Abertura de trilhas pela mata, com supressão da vegetação que protegia o painel da incidência da luz do sol; retirada de lascas do painel rochoso contendo fragmentos de pinturas; pichações feitas à tinta, carvão e mediante incisões; feitura de fogueiras e “churrasqueiras” com deslocamento de blocos de pedra e queima da vegetação; escavações à procura de “tesouros”; pisoteamento do sedimento arqueológico e acúmulo de lixo eram ações rotineiras que, lamentavelmente, estavam impactando severamente o sítio naquela quadra da história.

A situação era preocupante e, se nada fosse feito, em pouco tempo o sítio arqueológico da Toca do Índio poderia ser totalmente mutilado ou mesmo destruído, entrando para o rol de centenas de outros que tiveram o mesmo destino em nosso país.

Ante tal cenário, os integrantes do Núcleo de Pesquisas Arqueológicas do Alto Rio Grande (NPA) decidiram iniciar uma campanha objetivando adquirir a área do sítio para ali implantar o “Parque Arqueológico da Serra de Santo Antônio”, que seria o primeiro parque arqueológico pertencente a uma associação civil no país.

O projeto começou a ganhar contornos de realidade quando a maioria da população andrelandense, comerciantes, ex-moradores e amigos da cidade apoiaram entusiasticamente a iniciativa do Núcleo, que entre doações e vendas de *souvenirs* conseguiu reunir a importância necessária para, primeiramente, adquirir, em 27 de dezembro de 1994, três hectares ao longo do paredão rochoso onde se encontram as pinturas, com o intuito de protegê-las emergencialmente.

Em novembro do ano seguinte, na sequência da campanha, foram adquiridos mais seis hectares de terreno, abrangendo uma área no sopé do maciço e que, por suas características, poderia receber a implantação da infraestrutura de apoio à visitação.

Com a área de nove hectares adquirida em nome do NPA, foi conseguida a construção de uma estrada de acesso, obra realizada pela Prefeitura Municipal de Andrelândia e que possibilitou a chegada de automóveis à unidade, facilitando o transporte de materiais e ferramentas essenciais

⁵ Fazenda Serra de Santo Antônio, propriedade de José Ovídio e Corina Ovídia de Almeida, voltada para a produção de leite e cereais.

à implantação da infraestrutura de visitação, permitindo a construção de uma guarita, com banheiro, alojamento para vigia e depósito de materiais, onde os visitantes são recebidos e orientados.

Na sequência foi iniciado o projeto de reflorestamento da unidade com o plantio de mais de cinco mil mudas de essências nativas (ipês, cedros, quaresmeiras, araucárias, jacarandás, entre outros) em áreas então degradadas por queimadas e pelo plantio de cereais. As árvores plantadas hoje já são adultas e contribuíram sobremaneira para o aumento da biodiversidade e da disponibilidade hídrica na região. Em seguida houve o planejamento e a abertura de trilhas, bem como a instalação de sinalização interna para facilitar a visitação dos atrativos sem riscos para as pessoas e sem o pisoteamento de plantas.

Figura 10 – Obras de construção da guarita na entrada do Parque. 1998



No ano de 2001, a requerimento do NPA, a área foi oficialmente reconhecida pelo IBAMA, por meio da Portaria 161/2001, como Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN), uma unidade de conservação de uso sustentável voltada para a pesquisa científica, além da visitação com objetivos turísticos, recreativos e educacionais. Também naquele ano ocorreu o tombamento municipal do painel de pinturas rupestres, homologado pelo Decreto nº 014/2001.

O Parque conta com um regulamento de funcionamento que prevê ações objetivando a visitação sustentável dos atributos existentes em seu território, como a exigência de acompanhamento por monitores credenciados, o registro de entrada, a proibição de *camping* e a limitação do número máximo de visitantes por dia. Em 2003, em razão da criação do Parque Arqueológico da Serra de Santo Antônio, fruto de campanha realizada em parceria com a população e o comércio local para salvar da destruição as pinturas rupestres da Serra, o Núcleo de Pesquisas Arqueológicas do Alto Rio Grande recebeu o Prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade, concedido pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN. A iniciativa foi considerada a melhor ação de defesa do patrimônio arqueológico brasileiro após concorrer com 126 ações de todo o Brasil.

No ano de 2005 conseguiu-se a instalação de energia elétrica no Parque, possibilitando condições de maior segurança e funcionalidade para a unidade de conservação.

Em 2012, com recursos obtidos junto ao Fundo Estadual de Reparação de direitos Difusos (FUNDIF), o NPA conseguiu implantar uma passarela para visitação do painel rupestre (evitando o pisoteamento do sedimento arqueológico e o toque nas pinturas), bem como a instalação de corrimãos e sinalização indicativa definitiva em toda a unidade de conservação, contribuindo, sobremaneira, para a melhor gestão do espaço.

Figura 11 – Sinalização implantada na recepção do Parque Arqueológico



Figura 12 – Conjunto de pinturas rupestres da Serra de Santo Antônio



No ano de 2014 o Parque Arqueológico recebeu uma canoa de madeira de 9,10 m de comprimento e 70 cm de largura, escavada em um único tronco, encontrada fortuitamente por proprietários rurais no leito do Rio Grande, nas proximidades da divisa com o município de Santana do Garambéu. Em janeiro de 2015 o NPA providenciou o envio de uma pequena amostra da madeira da canoa para o Laboratório Beta Analytics, situado em Miami, e o resultado da datação por radiocarbono indica que a embarcação foi construída por volta de

1610, ou seja, cerca de 80 anos antes da chegada das primeiras bandeiras paulistas à região do Sul de Minas, o que comprovou sua natureza pré-histórica.

Objetivando a adequada conservação do artefato, foi construído um abrigo para a exposição da canoa, obra ainda não totalmente concluída, mas que tem servido para a realização de exposições de artefatos arqueológicos e para ministrar aulas para estudantes e turistas que visitam o Parque Arqueológico.

Figura 13 – Canoa pré-histórica no interior do abrigo existente no Parque Arqueológico



Paralelamente ao projeto de implantação e gestão do Parque Arqueológico, o NPA continua a desenvolver suas pesquisas de levantamento (não interventivas) em busca de informações sobre vestígios arqueológicos no sul de Minas Gerais, o que já permitiu a identificação de dezenas de novos sítios arqueológicos, que são registrados e informados aos órgãos competentes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O ordenamento jurídico constitucional brasileiro inovou ao expandir o rol de responsáveis pelo dever de proteger e preservar os bens integrantes do nosso patrimônio cultural.

Com efeito, o legislador constituinte estabeleceu que o “poder público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação” (artigo 216, § 1º).

Assim, o dever de proteção e preservação não é mais solitário do poder público, mas sim solidário, devendo ser compartilhado com a comunidade que, ao fim e ao cabo, é a destinatária final dos benefícios advindos das medidas de salvaguarda dos bens que integram o nosso patrimônio cultural, compreendendo signos identitários da evolução da história, dos feitos e da gente brasileira.

O comando inserto no artigo 216, § 1º, da Constituição Federal de 1988 alicerça o chamado “*princípio da participação comunitária na proteção do patrimônio cultural*”, que expressa a ideia de que para a resolução dos problemas atinentes a tal área deve ser dada especial ênfase à cooperação entre o Estado e a sociedade, através da participação dos diferentes grupos sociais na formulação e na execução da política de preservação dos bens culturais, envolvendo ações de seleção (identificação dos bens culturais), proteção, preservação e promoção.

A percepção da necessidade dessa conjugação de esforços não é recente em âmbito internacional.

As *Normas de Quito* sobre conservação e utilização de monumentos e lugares de interesse histórico e artístico editadas em 1967, após reunião da Organização dos Estados Americanos, já prenunciavam no item VIII que:

Do seio de cada comunidade pode e deve surgir a voz de alarme e ação vigilante e preventiva. O estímulo a agrupamentos cívicos de defesa do patrimônio, qualquer que seja sua denominação e composição, tem dado excelentes resultados, especialmente em localidades que não dispõem ainda de diretrizes urbanísticas e onde a ação protetora em nível nacional é débil ou nem sempre eficaz.

Nada pode contribuir melhor para a consciência que se busca do que a contemplação do próprio exemplo. Uma vez que os resultados de determinadas obras de restauro e reabilitação de edifícios, praças e locais, geralmente ocorre uma reação favorável dos cidadãos que paralisa a ação destrutiva e permite a realização de objectivos mais ambiciosos.

Em qualquer caso, a colaboração espontânea e múltipla de indivíduos no plano de valorização do patrimônio histórico e artístico, é absolutamente essencial, especialmente em pequenas comunidades. Daí na preparação de tais planos, a

conveniência de realizar um programa-ponte de educação cívica, desenvolvido de forma sistemática e simultaneamente com a execução do projeto.

Os novos tempos igualmente mostram que o Estado, por si só, na maioria das vezes não tem condições de atuar de maneira pronta e eficaz para a satisfação de todos os anseios públicos. Daí, a tendência constitucional de incentivar a participação da sociedade na definição e execução de medidas que visam à melhoria da condição de vida da própria população. Tecnicamente, esse direito é chamado de *status constitucional ativo*, pelo qual o cidadão recebe competências para participar e auxiliar o Estado na consecução dos objetivos estabelecidos pela constituição, entre os quais está a salvaguarda dos bens culturais.

No campo do patrimônio arqueológico, que compreende bens frágeis e não renováveis, mais se justifica a participação dos cidadãos e da sociedade civil organizada em prol da proteção, preservação e promoção dos vestígios materiais deixados pelos povos ancestrais.

A implantação do Parque Arqueológico da Serra de Santo Antônio, em Andrelândia – MG, demonstra concretamente a possibilidade de a comunidade contribuir para a manutenção de seus bens culturais, evitando a degradação e o perecimento de seus referenciais e permitindo que as gerações vindouras possam conhecê-los e transmiti-los aos que ainda estão por chegar.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Paulo César de. Andrelândia. *Vultos & Fatos*. Juiz de Fora: On line editorações. 1994.

GUEDES, Maria Tarcila Ferreira. *Trajetórias do Prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade (1987-2008)*. Rio de Janeiro: IPHAN/ DAF/ Copedoc, 2015.

JÁCOME, Camila. PANACHUK, Lilian. CARVALHO Adriano. Os gestos na decoração plástica de vasilhas tupiguarani em Minas Gerais. In: *Os ceramistas tupiguarani*. Vol. II, Elementos decorativos. PROUS, André e LIMA, Tânia Andrade (Editores). Belo Horizonte: Superintendência do IPHAN em Minas Gerais, 2010. p. 37-56.

MALTA, Ione Mendes. JESUS, Soraia Maria de. O abrigo da Toca do Índio – Andrelândia – MG. Um sítio da Tradição São Francisco na Zona da Mata. *Atas da Reunião Científica da Sociedade de Arqueologia Brasileira*. Goiânia. 1985.

MAPA de Andrelândia. Belo Horizonte: Instituto de Geociências Aplicadas – IGA. 1983.

MIRANDA, Marcos Paulo de Souza. *Aspetos Históricos da Terra de André*. Juiz de Fora: Esdeva, 1996.

_____. *Andrelândia: 3.500 anos de história*. Juiz de Fora: Esdeva, 2014.

_____. *Lei do Patrimônio Arqueológico Brasileiro Comentada*. Belo Horizonte: 3i, 2023.

PANACHUK, Lilian. CARVALHO Adriano. JÁCOME, Camila. AMORELI, Filipe. PROUS, André. Reflexões sobre as aldeias Tupiguarani: apontamentos metodológicos. In: *Os ceramistas tupiguarani*. Vol. III, Eixos Temáticos. PROUS, André e LIMA, Tânia Andrade (Editores). Belo Horizonte: Superintendência do IPHAN em Minas Gerais, 2010. p. 77-114.

PANACHUK, Lilian. CARVALHO Adriano. Modelagens de barro em sítios tupiguarani. In: *Os ceramistas tupiguarani*. Vol. II, Elementos decorativos. PROUS, André e LIMA, Tânia Andrade (Editores). Belo Horizonte: Superintendência do IPHAN em Minas Gerais, 2010. p. 57-88.

PEREIRA, Márcio Mota. Trabalho de Conclusão de Curso. *Filiação das pinturas rupestres do sítio arqueológico da Toca do Índio – Andrelândia, Minas Gerais*. São João del-Rei. UFSJ. 2007.

_____. Notas sobre um sítio arqueológico deslocado: as pinturas rupestres São-Franciscanas de Andrelândia, sul de Minas Gerais. TARAIRIÚ – *Revista Eletrônica do Laboratório de Arqueologia e Paleontologia da UEPB*. Ano IV. Vol. I. Nº 6. Campina Grande. 2013.

PROUS, André. As Muitas Arqueologias das Minas Gerais. UFVJM. *Revista Espinhaço*, 2013. 2 (2): 36-54.

PROUS, André. JESUS, Soraia Maria. MALTA Ione M. *Les peintures rupestres de la Toca do Índio, Andrelândia, Minas Gerais, Brésil*. Paris: Arquivos et Documents. Micro-Edition. Sciences Humaines. Sciences Naturelles. Institut d'Ethnologie. Museum National d'Histoire Naturelle. 1989.

RIBEIRO, Loredana. As figurações de “Corpos Celestes” no Norte de Minas: manifestação da Tradição Astronômica? *Arquivos do Museu de História Natural da Universidade Federal de Minas Gerais*. Belo Horizonte: UFMG, Vol. XVII/XVIII. 1996-1997. p. 495-523.